



UEPB

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS III
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

LARISSA AMARO DOS SANTOS

**TRANSPORTE ESCOLAR E EDUCAÇÃO DO CAMPO NO BRASIL:
UM ESTUDO DO ESTADO DA ARTE DAS DISSERTAÇÕES (BDTD)
PUBLICADAS NO PERÍODO DE 2009-2019**

GUARABIRA –PB
2020

LARISSA AMARO DOS SANTOS

**TRANSPORTE ESCOLAR E EDUCAÇÃO DO CAMPO NO BRASIL:
UM ESTUDO DO ESTADO DA ARTE DAS DISSERTAÇÕES (BDTD)
PUBLICADAS NO PERÍODO DE 2009-2019**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Especialização em Educação e Políticas Públicas como requisito parcial para a conclusão do Curso de Especialização em Educação e Políticas Públicas.

Área de concentração: Estado, educação e políticas públicas.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Saturnino da Silva

GUARABIRA –PB
2020

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S237t Santos, Larissa Amaro dos.

Transporte escolar e educação do campo no Brasil [manuscrito] : um estudo do estado da arte das dissertações (BDTD) publicadas no período de 2009-2019 / Larissa Amaro dos Santos. - 2020.

43 p.

Digitado.

Monografia (Especialização em Educação e Políticas Públicas) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa , 2021.

"Orientação : Prof. Dr. Marcelo Saturnino da Silva , Departamento de Educação - CH."

1. Educação do campo. 2. Transporte escolar. 3. Políticas públicas. 4. Estudante do campo. I. Título

21. ed. CDD 370.11

LARISSA AMARO DOS SANTOS

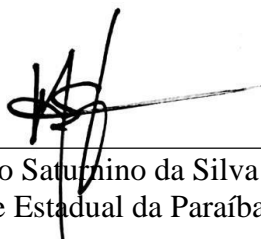
TRANSPORTE ESCOLAR E EDUCAÇÃO DO CAMPO NO BRASIL: UM
ESTUDO DO ESTADO DA ARTE DAS DISSERTAÇÕES (BDTD)
PUBLICADAS NO PERÍODO DE 2009-2019

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Especialização em Educação e Políticas Públicas como requisito parcial para a conclusão do Curso de Especialização em Educação e Políticas Públicas.

Área de concentração: Estado, educação e políticas públicas.

Aprovada em: 09/12/2020

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Marcelo Saturnino da Silva (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Profa. Dra. Fernanda de Lourdes Almeida Leal
Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)



Prof. Dra. Verônica Pessoa da Silva
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

*Este trabalho a todos(as) defensores(as)
das políticas públicas educacionais para
garantia do acesso à educação como
afirmação de um direito social
assegurado a todos os cidadãos, sem
distinção de classe, raça, gênero ou
localização geográfica, DEDICO.*

AGRADECIMENTOS

A Deus, antes de tudo, por me conceder toda essa magnífica jornada, desde o processo seletivo até a conclusão do curso.

Ao Curso de Especialização em Educação e Políticas Públicas pela oportunidade de fazer parte de um curso tão valioso para compreensão da totalidade das ações que constituem uma política pública, seja ela de cunho federal, estadual ou municipal.

A todos(as) os(as) professores(as) por toda partilha de conhecimentos nessa trajetória que, brilhantemente, me instruíram, forneceram aporte teórico e fizeram-me pensar o mundo de forma mais complexa e reflexiva.

Ao Prof. Dr. Marcelo Saturnino da Silva que, além de coordenador e professor do Curso de Especialização, orientou essa pesquisa. Agradeço, por todo carinho, admiração e respeito edificado ao longo dessa trajetória.

A todos os colegas por toda alegria, solidariedade e conhecimento partilhado que, ao longo desses dois anos se solidificaram em admiração, respeito e amizade.

A minha família, pais e irmãos, por serem sempre tão prestativos e empenhados nas minhas causas. Amo vocês!

Ao meu namorado, Elly Santos Melo, por todo companheirismo e compreensão.

Por fim, a todos que, de forma direta ou indireta, contribuíram para a conclusão dessa jornada tão magnífica.

Gratidão!

Credo do Educador

Creio na Educação, porque humaniza, busca o novo, é geradora de conflito, preparando para a vida.

Creio na Educação, porque acredito no homem e na mulher como sujeitos de histórias, capazes de construir sempre novas relações.

Creio na Educação que, quando libertadora, é caminho de transformação, para a construção de uma nova sociedade.

Creio na Educação que promove e socializa, que educa criticamente e democraticamente, levando o ser humano a conhecer a si mesmo e ao outro.

Creio na Educação do Campo, porque recupera e propõe a luta, a cultura, o trabalho, a vida e a dignidade dos trabalhadores e das trabalhadoras do campo.

Creio na Educação porque sempre terei o que aprender e o que ensinar.

Creio na Educação como um processo permanente e dialético que acompanha o ser humano em toda a sua existência.

(Adaptado do IV Cedec, 1995)

RESUMO

A educação ofertada para a população do campo sempre foi marcada por traços de desigualdade no que tange ao acesso e permanência dos estudantes do campo nos sistemas escolares. Uma vez que a garantia desse direito não foi suficiente para assegurar o acesso à escola, houve a necessidade de conceber políticas educacionais para afirmação desse direito. É nesse contexto que emerge no Brasil a política de transporte escolar no intento de garantir acesso e permanência dos estudantes do campo a escola. Nessa premissa, essa pesquisa buscou analisar, através de um levantamento bibliográfico do tipo estado da arte, as dissertações publicadas nos últimos dez anos, período de 2009 a 2019, na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) que tratam a confluência entre o transporte escolar e a educação do campo no Brasil. Consideramos esse intervalo em razão de ser o período onde o programa Caminho da Escola, política promulgada no ano de 2007, já estava sendo efetivada nos municípios brasileiros intencionando-se assim, uma análise mais aprofundada do que se propôs. Para guiar a análise do material elegeu-se os seguintes critérios: distribuição anual das pesquisas; área do conhecimento; gênero dos autores; aspectos geográficos da produção; delineamento metodológico, aspectos (temáticas) em evidência e secundarizados. Os dados demonstraram uma dualidade na política de transporte escolar, uma vez que, ao mesmo tempo que o transporte contribuiu para a garantia do acesso e permanência dos estudantes do campo na escola, também viabilizou a nucleação e, portanto, o fechamento de escolas camponesas que, de acordo com os estudos, contribuiu para desvinculação cultural e fragilidade das comunidades camponesas. Logo, ambas as políticas, transporte escolar e nucleação escolar, vão na contramão do que preconiza a Educação do campo: vincular os estudantes as suas comunidades com um currículo adequado aos seus valores sociais, culturais e econômicos buscando fortalecer as comunidades camponesas.

Palavras-Chave: Políticas públicas. Transporte escolar. Educação do Campo. Estudantes do campo.

ABSTRACT

The education offered to the rural population has always been marked by traces of inequality regarding the access and permanence of rural students in school systems. Since the guarantee of this right was not sufficient to ensure access to school, there was a need to design educational policies to affirm that right. It is in this context that the school transport policy emerges in Brazil in an attempt to guarantee access and permanence for students from the countryside to school. In this premise, this research sought to analyze, through a bibliographic survey of the state of the art type, the dissertations published in the last ten years, period from 2009 to 2019, in the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD) that deal with the confluence between the school transport and rural education in Brazil. We consider this interval because it is the period when the Caminho da Escola program, a policy enacted in 2007, was already being implemented in Brazilian municipalities, thus intending to carry out a more in-depth analysis of what was proposed. To guide the analysis of the material, the following criteria were chosen: annual distribution of research; knowledge area; gender of the authors; geographical aspects of production; methodological design, aspects (thematic) in evidence and secondary. The data demonstrated a duality in the school transport policy, since, at the same time that transport contributes to guaranteeing the access and permanence of rural students at school, it also enabled the nucleation and, therefore, the closure of rural schools that, according to the studies, contributes to cultural untying and fragility of peasant communities. Therefore, both policies, school transport and school nucleation, go against what the Education of the countryside advocates: linking students to their communities with a curriculum appropriate to their values social, cultural and economic, seeking to strengthen peasant communities.

Key words: Public policy. School transport. Rural Education. Field students.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Seleção das dissertações a partir do descritor: Transporte escolar e educação do campo	17
Tabela 2 – Seleção das dissertações a partir do descritor: Transporte escolar e educação do campo	17
Tabela 3 – Métodos de pesquisa utilizados para obtenção de dados	23
Tabela 4 – Temáticas mais abordadas nos estudos que tratam a relação do transporte escolar e educação do campo (2009-2019)	26

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Distribuição Anual das Dissertações Publicadas na BDTD (2009-2019)	19
Gráfico 2 – Distribuição Regional das Dissertações Brasileiras.....	20
Gráfico 3 – Gênero dos autores que tem pesquisado na área de transporte escolar e educação do campo no Brasil (2009-2019).....	21
Gráfico 4 – Área de Pós-Graduação dos autores que tem pesquisado na área de transporte escolar e educação do campo no Brasil (2009-2019).....	22
Gráfico 5 – Abordagem metodologica das pesquisas que tratam a confluência entre transporte escolar e Educação do campo (2009-2019)	26

LISTA DE SIGLAS

BNDS	Banco Nacional de Desenvolvimento
BDTD	Biblioteca Digital de Teses e Dissertações
CF	Constituição Federal
CNE	Conselho Nacional de Educação
ECA	Estatuto da criança e do Adolescente
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FUNDEF	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
MST	O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MP	Medida Provisória
PNTE	Programa Nacional de Transporte Escolar
PNATE	Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar
PNE	Plano Nacional de Educação
UnB	Universidade de Brasília

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 CAMINHOS METODOLÓGICOS	16
3 RESULTADOS E DISCUSSÃO	19
3.1 Distribuição anual das dissertações.....	19
3.2 Distribuição Regional	20
3.3 Gênero dos autores	20
3.4 Área de Pós-Graduação dos autores.....	21
3.5 Método de pesquisa adotado para obtenção de dados.....	23
3.6. Temáticas mais abordadas nas dissertações	26
4 TRANSPORTE ESCOLAR E EDUCAÇÃO DO CAMPO NO BRASIL: APONTAMENTOS E REFLEXÕES	29
4.1 Transporte escolar	29
4.2 Educação do campo.....	33
4.3 Nucleação escolar e fechamento de escolas do campo	34
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
REFERÊNCIAS	39
APÊNDICE	43
APÊNDICE A – Dissertações Seleccionadas no Banco de Dados de Teses e Dissertações Para o Estudo.	43

1 INTRODUÇÃO

A educação ofertada para a população do campo, mesmo com a universalização da educação básica obrigatória dos 4 aos 17 anos de idade, por meio da instituição da obrigatoriedade e gratuidade do sistema educacional brasileiro assegurado pela Constituição Federal de 1988 em seu art. 208, sempre foi marcada por traços de desigualdade no que tange o acesso e permanência dos estudantes nos sistemas de ensino.

Historicamente, crianças e jovens residentes do campo, foram negligenciados quanto a garantia do acesso e permanência nos sistemas de ensino, tendo em vista que para estudarem, precisavam percorrer longos caminhos a pé no trajeto casa-escola, escola-casa, dentre outras dificuldades que somadas, contribuiu para muitos estudantes desistirem da escola.

Uma vez que a garantia do direito a educação pública não foi suficiente para assegurar o acesso à escola, houve a necessidade de criar mecanismos ou políticas educacionais para afirmar esse direito as crianças e adolescentes do campo. É nesse contexto que emerge no Brasil a política de transporte escolar, objeto de estudo dessa pesquisa.

Com o objetivo de atender a demanda dos estudantes do campo e garantir o acesso escolar, desde a década de 1990 foram criados 3 programas de transporte escolar, a saber: o Programa Nacional de Transporte Escolar (PNTE) em 1994, o Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (Pnate) em 2004 e o Programa Caminho da Escola, em 2007 coordenados pela Fundação Nacional de Desenvolvimento Educacional (FNDE), de modo que o PNTE foi extinto e, atualmente, o transporte escolar de alunos do campo vêm de dois programas executados pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC): o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE) e o Programa Caminho da Escola, ambos voltados para o atendimento dos alunos do campo.

Os programas de transporte escolar vigentes, PNATE e Caminho da Escola, atendem hoje tanto estudantes do campo quanto estudantes da cidade, desde o ensino infantil até o ensino superior e cada vez mais a sua demanda tem aumentado tendo em vista a política de nucleação escolar que, no que lhe concerne, corresponde a um procedimento político-administrativo que consiste na reunião de várias escolas isoladas em uma só, desativando ou demolindo as demais” (INEP/MEC, 2006, p.116).

Corroborando com essa argumentação, Rodrigues et al (2017) explica que a política de nucleação diz respeito ao fechamento das escolas multisseriadas nas pequenas comunidades rurais e a transferência de seus alunos para escolas que ficam em comunidades mais afastadas da comunidade dos alunos.

Dessa forma, tal política tem sido alvo de muitas discussões posto que é contrária a luta em prol da Educação no e do Campo¹. Além disso, em muitas comunidades, as escolas são os únicos meios públicos existentes e caracterizam-se em um espaço de discussão coletiva e de atividades culturais, isto é, a sua importância no cotidiano das comunidades está para além do ensino. Nesse contexto, conforme salienta Nogueira (2014, p. 46) “[...] fechar uma escola é um atentado à sobrevivência de uma comunidade.”

Posto isto, é de grande importância compreender o que e como se tem pesquisado a política de transporte escolar no Brasil e qual sua relação com a educação ofertada para as populações camponesas e para além disso, verificar como essas pesquisas vem sendo desenvolvidas no âmbito das necessidades sociais e científicas do País.

Este estudo refere-se a um levantamento do tipo “estado da arte” das dissertações produzidas nos últimos 10 (dez) anos na área da política de transporte escolar e educação do Campo. No que tange aos estudos relacionados ao estado da arte ou estado do conhecimento, estes correspondem a uma modalidade de pesquisa bibliográfica e tem como principal intento:

[...] mapear e de discutir uma certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento, tentando responder que aspectos e dimensões vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares, de que formas e em que condições têm sido produzidas certas dissertações de mestrado, teses de doutorado, publicações em periódicos e comunicações em anais de congressos e de seminários (FERREIRA, 2002, p. 258).

Buscou-se, especificamente, analisar as dissertações publicadas no período de 2009 a 2019, na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) que tratam a confluência entre o transporte escolar e a educação do Campo no Brasil. Por meio desse estudo, procurou-se elaborar um panorama a respeito das pesquisas que vêm sendo

¹ No: o povo tem direito a ser educado a ser educado onde vive;
Do: o povo tem direito a uma educação pensada desde o lugar e com a sua participação, vinculada a sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais. (CALDART, 2004, p. 149-150)

realizadas nesse eixo temático e também verificar, mais especificamente, como se estabelece a relação entre transporte escolar e educação do campo no Brasil. O presente estudo desenvolveu-se da seguinte forma: i. realização de revisão de bibliografias relacionadas ao objeto e tema de estudo; ii. descrição e sistematização dos dados coletados; e análise e discussão das informações.

2 CAMINHOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa corresponde a um levantamento bibliográfico com abordagem quali-quantitativa, considerando que esse tipo de abordagem permite uma compreensão e explicação mais ampla do tema estudado, posto que, enquanto a abordagem quantitativa emprega a análise estatística no tratamento dos dados, a qualitativa “preocupa-se em analisar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano” (LAKATOS; MARCONI, 2011, p. 269).

No que tange a pesquisa bibliográfica, conforme esclarece Fonseca (2002), esta é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites, permitindo ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Para a realização desse levantamento do “estado da arte” das dissertações, cuja pesquisas tratam a confluência entre transporte escolar e Educação do Campo, foi realizada uma busca no banco de dissertações on-line disponível na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), que integra os sistemas de informação de teses e dissertações existentes nas instituições de ensino e pesquisa do Brasil (<http://bdt.d.ibict.br/vufind/>), considerando-se os últimos 10 anos, período de 2009 a 2019. Justifica-se que o intervalo anunciado foi escolhido em razão de ser o período onde o programa Caminho da Escola, política promulgada no ano de 2007, já estava sendo efetivada nos municípios brasileiros intencionando-se assim, uma análise mais aprofundada do que se propõe.

Posteriormente foi realizado uma busca com os descritores: *transporte escolar e Educação do Campo* e como filtros: (a) dissertações; (b) idioma: português e; (c) período: 2009-2019. Foram registrados 69 trabalhos. Ao fazer a leitura dos títulos e resumos, foram selecionadas 14 dissertações considerando como critério de inclusão todas as dissertações que tratavam da confluência política de transporte escolar e educação do campo no Brasil e como critério de exclusão, demais dissertações.

Tabela 1 – Seleção das dissertações a partir do descritor: Transporte escolar e educação do campo

Filtro	Nº de Materiais
Tipo: Dissertações	83
Idioma: Português	79
Ano de defesa: 2009-2019	69

Fonte: Elaborada pela autora, 2020.

Importa destacar que após fazer a leitura dos resumos das dissertações, no BDTD, observamos que apenas 14 dissertações atendiam os objetivos desse estudo, isto é, abordavam questões relacionadas a confluência entre o transporte escolar e Educação do Campo cujo títulos estão destacados na tabela 2.

Tabela 2 – Seleção das dissertações a partir do descritor: Transporte escolar e educação do campo

Títulos das dissertações	Autor(a)	Nº	%
Alfabetização na educação do campo: relatos de professores de classes multisseriadas da Ilha de Marajó	CARDOSO JUNIOR, 2009	1	7%
Modelo organizacional para o transporte escolar rural nos estados e municípios brasileiros	LOPES, 2009	1	7%
Transporte escolar rural na perspectiva de gestores e planejadores/operadores: subsídios para políticas públicas	SANTOS, 2010	1	7%
Da vida das escolas rurais isoladas a uma escola isolada da vida rural: aprendizagens do processo de nucleação em Santa Rosa de Lima	BAUMANN, 2012	1	7%
Educação do campo: desafios para implementação de uma política educacional das escolas do campo	PAULA, 2013	1	7%
As escolas no campo e as salas multisseriadas no Estado de São Paulo: um estudo sobre as condições da educação escolar	BASSO, 2013	1	7%

A relação homem – natureza no contexto do fechamento das escolas rurais em Ouvidor (GO)	NOGUEIRA, 2014	1	7%
A experiência de egressos de uma escola do campo no município de Araraquara – SP	PAIVA, 2014	1	7%
Nucleação das escolas do campo: o caso do município de São Gabriel/RS	PASTORIO, 2015	1	7%
Desvelando cercas: o cenário da educação básica do e no campo no estado do Tocantins	SANTOS, 2017	1	7%
Memória camponesa: os conflitos pela terra e educação do campo no município de Barreiras (BA)	SANTOS, 2018	1	7%
O acesso e a permanência à educação escolar no município de Renascença-PR: percurso de crianças do campo à única escola municipal	GROFF, 2018	1	7%
O impacto dos recursos aplicados no transporte escolar em relação à gestão político-financeira da educação básica: um estudo do financiamento da educação em municípios de Goiás	NEVES, 2019	1	7%
Desafios e perspectivas da educação do campo: uma análise em Porto Nacional – TO	SILVA, 2019	1	7%
Total		14	100%

Fonte: Elaborada pela autora, 2020.

Após a seleção das dissertações, foi realizada a leitura na íntegra das mesmas o que permitiu uma melhor e mais completa compreensão das ideias apresentada pelos autores. Importa salientar, ainda, que as leituras foram realizadas considerando o período anual na ordem crescente, conforme exposto na tabela, ao mesmo tempo que foram sendo fichadas e, posteriormente, ao final de cada leitura, analisadas.

Para guiar a análise do material (corpus) elegeu-se os seguintes critérios: distribuição anual das pesquisas; área do conhecimento; gênero dos autores; aspectos geográficos da produção; delineamento metodológico, aspectos (temáticas) em evidência e secundarizados. Vale destacar, sobretudo, que para facilitar o agrupamento dos dados,

as informações foram coletadas ano a ano e, em seguida, os dados gerais foram agrupados em cinco gráficos e duas tabelas contendo os critérios definidos para a análise, que serão tratados e discutidos na próxima seção.

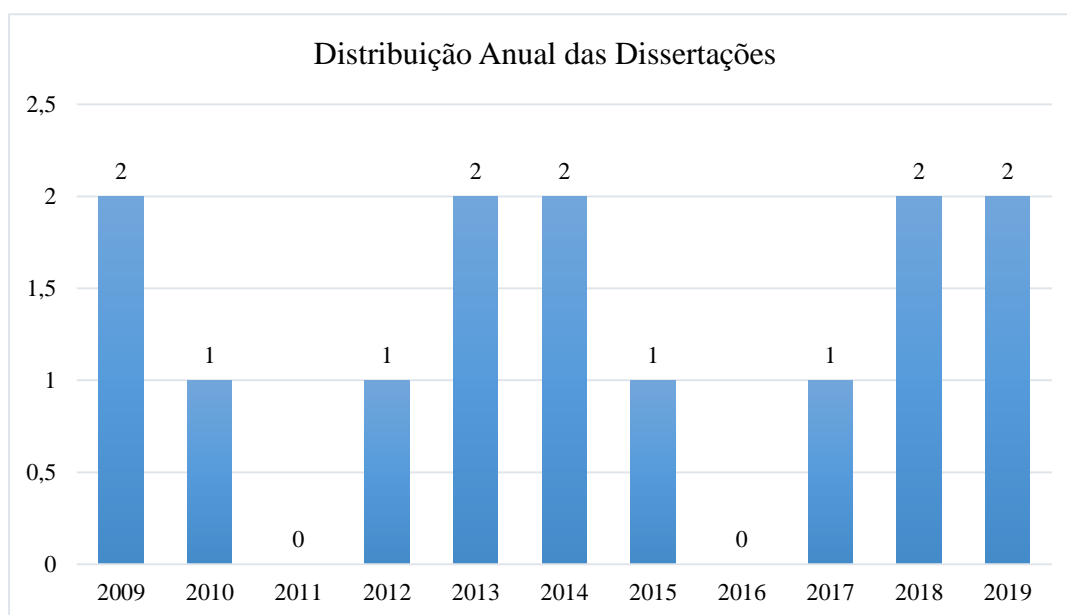
3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conforme já destacado no texto, o corpus aqui analisado (n =14), corresponde as dissertações publicadas nos últimos 10 (dez) anos, mais especificamente entre o período de 2009 a 2019, na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações, cuja pesquisas tratam a confluência entre o transporte escolar e Educação do Campo no Brasil.

3.1 Distribuição anual das dissertações

A distribuição anual das dissertações oscila entre 1 e duas publicações por ano, de modo que os anos de 2011 e 2016 não houve nenhuma publicação na área, como mostra o gráfico 1:

Gráfico 1 – Distribuição Anual das Dissertações Publicados na BDTD (2009-2019)



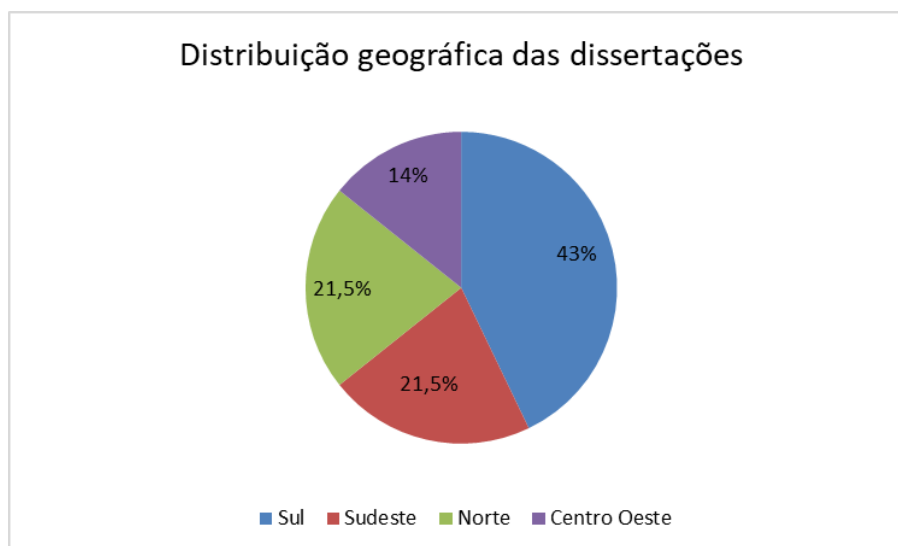
Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

O número de pesquisas na área de Educação do Campo e transporte escolar mantiveram entre uma e duas publicações em média, com exceção do ano de 2011 e 2016 que não houve nenhuma pesquisa na área de pós-graduação relacionado a temática.

3.2 Distribuição Regional

No que tange a distribuição regional das dissertações, os dados apontam que as pesquisas foram desenvolvidas em todas as regiões brasileiras, exceto na região nordeste.

Gráfico 2 – Distribuição Regional das Dissertações Brasileiras



Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

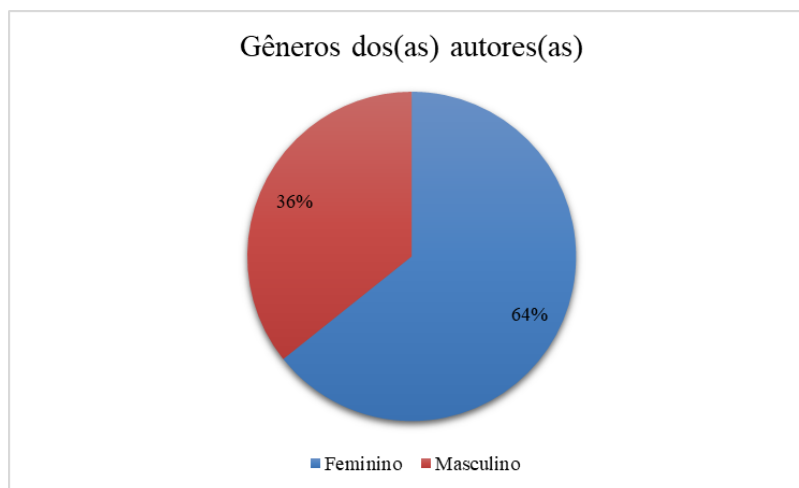
Constatou-se que o local de maior quantitativo de publicações foi na região sul, cujo número de dissertações publicadas foram 6 (43%) de um total de 14 dissertações. Depois da região sul, as regiões com maiores números de publicações de dissertações na área foram na região sudeste e norte do Brasil, com 3 (21,5%) dissertações para cada região. A Região com menor número de publicações foi na região Centro-Oeste, com cerca de 2 (14%) dissertações publicadas.

Não foi encontrada nenhuma pesquisa publicada na BDTD, no período de 2009-2019, na região nordeste, fato que provoca uma certa inquietação, tendo em vista que essa região, assim como a região norte do País, são as mais carentes de políticas de transporte escolar dado pelo quantitativo de alunos em situação de vulnerabilidade geográfica, social e econômica. Esse dado também salienta a necessidade de se investigar a efetivação da política de transporte escolar na garantia do acesso e permanência dos estudantes na região nordeste do País.

3.3 Gênero dos autores

O gráfico 3 apresenta o gênero dos autores que tem pesquisado na área de transporte escolar e educação do campo, o qual indica que o maior número de produção é de mulheres.

Gráfico 3 – Gênero dos autores que tem pesquisado na área de transporte escolar e educação do campo no Brasil (2009-2019)



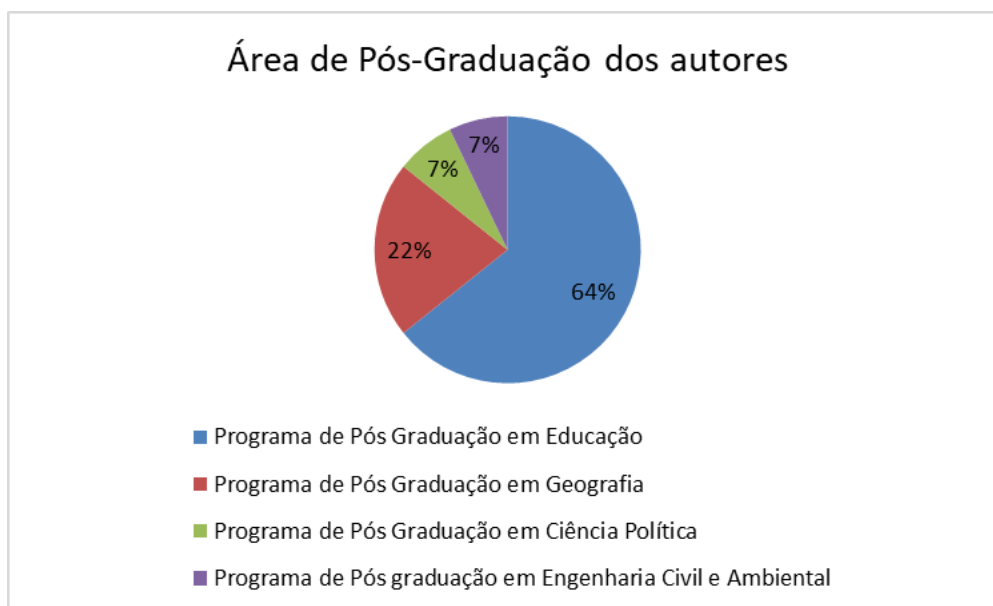
Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Os dados da pesquisa apontam o gênero feminino com maior incidência de pesquisas relacionadas a política de transporte e Educação do Campo, correspondendo ao maior quantitativo de pesquisas relacionadas a temática com cerca de 64% das pesquisas enquanto que os homens apenas 36%, distribuídas nas diversas áreas de pós graduação, como será destacado no próximo gráfico.

3.4 Área de Pós-Graduação dos autores

As pesquisas evidenciaram uma abrangência nas áreas de pós-graduação, especificamente, na área de mestrado, que vem pesquisando a política de transporte escolar no campo educacional brasileiro, entre eles o Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil e Ambiental (PPGECA), como destaca o gráfico abaixo.

Gráfico 4 – Área de Pós-Graduação dos autores que tem pesquisado na área de transporte escolar e educação do campo no Brasil (2009-2019)



Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

As áreas de mestrado que tratam a relação entre o transporte escolar e Educação do Campo e que, por sua vez, mais se destacam nas pesquisas diz respeito a pós graduação em Educação (64%) e a pós-graduação em Geografia (22%). As demais áreas, a pós-graduação em Ciência política e Engenharia Civil e Ambiental, são as áreas que menos se tem pesquisado a temática, representando cerca de 7% das pesquisas selecionadas para este estudo.

Importa destacar que as dissertações voltadas para os cursos de Pós graduação em Educação - Cardoso Junior (2009), Baumann (2012), Paula (2013), Paiva, (2014), Santos (2017), Groff (2018), Santos (2018) e Neves (2018) - são as que mais se destacam no que tange a discussão relacionadas a confluência entre a política de transporte escolar e educação do campo posto que trazem discussões mais acerca da educação de modo geral, além de ressaltarem a política de nucleação escolar e fechamento das escolas no meio rural, temática muito abordada nas pesquisas.

Entretanto, assim como a área de Pós graduação em Educação, a área de Pós graduação em Geografia também tratam a política de nucleação escolar e os desafios da Educação do Campo no Brasil, como é o caso de Nogueira (2014), que em sua pesquisa,

trata a questão a relação do homem e a natureza no contexto do fechamento das escolas rurais no Estado de Goiás e Pastorio (2015), que estuda a nucleação de escolas do campo e concomitante a isso, o fechamento de escolas e a política de transporte escolar.

3.5 Método de pesquisa adotado para obtenção de dados

Quanto ao delineamento metodológico, mais notadamente as estratégias metodológicas adotadas para obtenção de dados nas pesquisas, alcançamos o seguinte resultado:

Tabela 3 – Métodos de pesquisa utilizados para obtenção de dados

Método	Nº	%
Pesquisa de Campo	6	43%
Documental	3	21%
Pesquisa de Campo e Documental	3	21%
Bibliográfico	1	7%
Hipotético-Dedutivo	1	7%
Total	14	100%

Fonte: Elaborada pela autora, 2020.

Conforme a leitura na íntegra das dissertações, percebeu-se que as estratégias utilizadas para obtenção de dados das pesquisas foram bem variadas, sendo subdivididas em: pesquisa de campo, documental, pesquisa de campo e documental, bibliográfica e hipotético-dedutivo.

No entanto, como pode verificar na tabela 3, o método mais utilizado foi a pesquisa de campo com cerca de 43%, seguida da pesquisa documental com 21% , bem como das pesquisas que adotaram ambos os métodos: pesquisa de campo e documental, com um total de 21%. Importa destacar que as estratégias para coleta de dados nas pesquisas de campo se deram através de duas maneiras: entrevista semiestruturada (50%) e questionários (43%).

Das 14 dissertações selecionadas para o estudo, cerca de 7 adotaram o método de entrevistas semiestruturadas, o que corresponde a 50% das pesquisas. De acordo com Flick (2009), a entrevista semiestruturada, por se tratar de uma modalidade de interação entre duas ou mais pessoas, com base num roteiro flexível, esta dá voz ao interlocutor e muitas possibilidades de coleta de informações sobre determinada temática para que

ele fale do que está acessível a sua mente no momento da interação com o entrevistador e em um processo de influência mútua produz um discurso compartilhado pelos dois atores: pesquisador e participante.

Não é de se estranhar que devido as diferentes possibilidades de acesso a informação para o levantamento de dados das pesquisas, muitas vezes associado a outras técnicas de coleta informações, como observação do ambiente estudado, a estratégia de entrevista semiestruturada é capaz de favorecer o acesso de uma diversidade de opiniões, crenças, aos valores e aos significados que as pessoas atribuem a si, aos outros e ao meio que o circunda. A entrevista é uma forma de interação social que valoriza o uso da palavra, símbolo e signo privilegiados das relações humanas, por meio da qual os atores sociais constroem e procuram dar sentido à realidade que os cerca. (FLICK, 2009).

Ainda no que diz respeito a pesquisa de campo, a utilização de questionários, de maneira geral, também foi um método adotado com muita incidência nas pesquisas, representando cerca de 6 (43%). No entanto, 5 associaram o questionário a outro (s) método(s) para obtenção de informações nas pesquisas, como: pesquisa documental, entrevista semiestruturada e bibliográfica e 1 (7%) adotou apenas os questionários como estratégia para obtenção de dados na sua pesquisa. Sendo assim, das 6 dissertações que utilizaram o método de questionário para coleta de dados, 5 utilizaram o método associado a outra técnica.

Assim como a pesquisa de campo, a pesquisa documental também teve destaque nas pesquisas selecionadas para o estudo correspondendo a 21% da modalidade para obtenção de dados. Esse método, de acordo com Severino (2007, p. 22), pode definida como:

[...] fonte documentos no sentido amplo, ou seja, não só de documentos impressos, mas sobretudo de outros tipos de documentos, tais com jornais, fotos, filmes, gravações, documentos legais. Nesses casos, os conteúdos dos textos ainda não tiveram nenhum tratamento analítico, são ainda matéria-prima, a partir do qual o pesquisado vai desenvolver sua investigação e análise.

Corroborando com esse mesmo pensamento, Moreira e Caleffe (2006, p.74 75), define a pesquisa documental, salientando a importância de não confundirmos pesquisa documental com análise documental, uma vez que a pesquisa documental é:

[...] a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não. [...] Não se deve confundir pesquisa documental com análise documental. A

primeira é um tipo de pesquisa e a segunda é um tipo de análise que poderá ser utilizada em qualquer revisão de literatura.

Um outro procedimento metodológico utilizado em uma das pesquisas e que chamou atenção pela perspicácia da autora (Lopes, 2009), foi o método hipotético-dedutivo, o qual corresponde a uma construção de um modelo teórico baseado em hipóteses. Desse modo, a autora desenvolve um modelo organizacional para o TER (Transporte Escolar Rural) com o objetivo de articular questões referentes ao planejamento, gestão e controle de modo que pudesse subsidiar os estados e municípios na organização desse serviço e garantir o direito de acesso dos alunos às instituições de ensino.

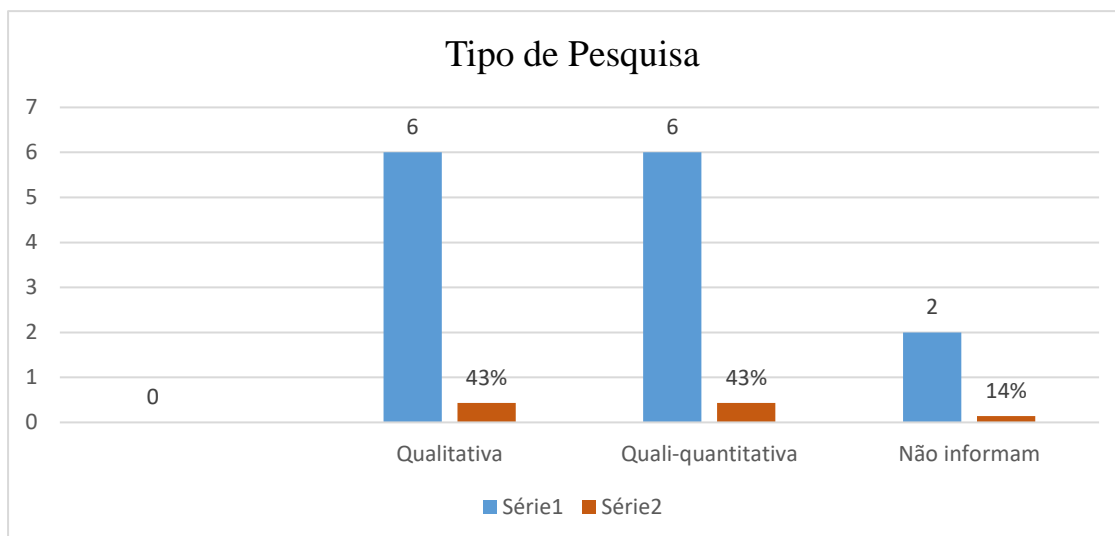
A pesquisa bibliográfica também foi procedimento utilizado nas pesquisas. No entanto, apenas de 2 (14%) das pesquisas, apenas 1 (7%), utilizou unicamente o procedimento bibliográfico em sua pesquisa, cujas principais fontes foram teses e dissertações a outra pesquisa associou o método a outras técnicas de coleta de dados como: entrevistas semiestruturadas, pesquisa documental e questionários.

Das 14 dissertações selecionadas para o estudo, cerca de 5 (36%) utilizaram mais de uma estratégia para obtenção de dados em suas pesquisas: pesquisa de campo, pesquisa documental e/ou pesquisa bibliográfica. De modo que na pesquisa de campo 3 (14%) das dissertações utilizaram o método (entrevista semiestruturada e/ou questionários) associado a pesquisa documental. Cerca de 1 (7%) utilizou 3 métodos: pesquisa de campo (entrevistas semiestruturadas e questionários), pesquisa documental e pesquisa bibliográfica. Enquanto que a última 1 (7%), apesar de ambas serem método de pesquisa de campo, foi utilizada duas estratégias para obtenção de dados: entrevista semiestruturada e questionários.

O fato de 36% das pesquisas utilizarem mais de um método para obtenção de dados em sua pesquisa, pode está relacionado a uma intenção mais ampla do pesquisador estudar por diferentes perspectivas um mesmo objeto de estudo, isto é, considerando as partes do todo para uma melhor compreensão e delineamento do mesmo.

No que tange aos tipos de pesquisas, os dados apontaram que cerca de 43% adotaram o tipo qualitativo e 43% quali-quantitativa de um total de 12 dissertações, de modo que 2 (duas) pesquisas não informaram. (Ver dados no gráfico abaixo).

Gráfico 5 – Abordagem metodologica das pesquisas que tratam a confluência entre transporte escolar e Educação do campo (2009-2019)



Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Apesar de duas pesquisas – Cardoso Junior (2009) e Santos (2010) - não informarem a abordagem metodologica adotada, constatamos que, pelas estratégias de coleta de dados e todos os critérios metodologicos adotados para o desenvolvimento das mesmas, estas se tratam pesquisas qualitativas, uma vez que possuem um caráter mais subjetivo, procurando descrever e interpretar o objeto estudado.

3.6. Temáticas mais abordadas nas dissertações

Conforme as leituras das dissertações verificou-se que estas tinham pontos temáticos que convergiam entre si, no que se refere a relação entre o transporte escolar e a Educação do Campo no Brasil, conforme exposto na tabela abaixo:

Tabela 4 – Temáticas mais abordadas nos estudos que tratam a relação do transporte escolar e educação do campo (2009-2019)

Temáticas mais abordadas	Sim	Não	Total
Direito à educação ou escola	14	0	14
Desenraizamento da cultura do campo	12	2	14
Nucleação escolar	11	3	14
Fechamento de escolas no campo	11	3	14
Permanência das escolas no campo	11	3	14

Fonte: Elaborada pela autora, 2020

Dentre as temáticas mais abordadas na pesquisa percebeu-se que o *direito a educação e/ou escola* foi a temática mais discutida nas dissertações, de modo que todas (100%), destacam a política de transporte escolar como uma alternativa necessária para garantia do acesso e permanência dos estudantes residentes da zona rural na escola.

A segunda foi o *desraizamento da cultura do campo*. Cerca de 12 (86%) dissertações, evidenciaram em seus estudos que a política de transporte escolar tem promovido mudanças no contexto sócio-cultural do campo. Uma vez deslocando os alunos das escolas dos espaços rurais até os espaços urbanos que por sua vez se concentra a escola núcleo com um currículo inerente as especificidades urbanas, o transporte escolar tem contribuído para o desenraizamento cultural das comunidades camponesas.

Considerando os pressupostos de Veiga (2001), há uma relação dialética entre campo e cidade, tendo em vista que o campo produz alimento que serão consumido na cidade, enquanto que a cidade produz maquinários, fertilizantes e insumos que permitem melhores condições de produção no campo. Apesar de manter uma relação dialética e interdependente, o espaço rural é visto como um espaço cultural, social e economicamente atrasado. Para o autor (VEIGA, 2001), o campo ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento econômico considerando que:

Para que muitas empresas e muitos empregos possam ser criados em regiões com predomínio da agricultura familiar, também é preciso que elas disponham de um mínimo de condições favoráveis em termos de comunicações e de serviços e, sobretudo, de condições que estimulem o 'empreendedorismo'. [...] Ao procurarem identificar as potenciais oportunidades de negócios e assumirem os riscos de suas apostas, eles contribuem tanto para um maior uso dos recursos disponíveis, quanto para a expansão das fronteiras da atividade econômica. Mesmo que muitos não tenham sucesso, é sua existência que faz com que uma sociedade tenha constante geração de novos produtos e serviços. (VEIGA, 2001, p. 107)

De acordo com Fernandes, Cerioli e Caldart (2011), há uma tendência dominante em nosso país, marcada por exclusões e desigualdade, de considerar a maioria da população que vive no campo² como parte atrasada e fora do lugar do projeto de modernidade, enquanto que a população da cidade é vista como população ativa no

² Conforme estabelece o Decreto nº 7.352/2010, são populações do campo todos agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da reforma agrária, trabalhadores assalariados rurais, quilombolas, caiçaras, povos da floresta, caboclos e outros que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural.

mercado emergente.

Portanto, há uma certa urgência em haver um currículo inserido nas escolas, sejam elas localizadas no campo ou na cidade, que contemple as especificidades do campo, e, sobretudo, um currículo que possa repensar a dialética entre o rural e o urbano, tendo em vista que, apesar de inserir-se localizações geográficas diferentes, mantém uma relação de interdependência cultural, social e econômica. Logo, o meio rural e urbano precisam ser compreendido como [...] espaços geográficos singulares e plurais, autônomos e interativos, com suas identidades culturais e modos de organização diferenciados que não podem ser relacionados como relação de dependência.” (FERNANDES, 2011, p. 136-137).

Os estudos apontaram que por possuir um currículo que não atende a especificidades do campesinato, a escola da cidade se desvincula da realidade, da vivência cultural, social e econômica das populações rurais, não sendo capaz de valorizar suas particularidades. Segundo Caldart (2011), embora a escola não tenha a capacidade de enraizar as pessoas, de criar os laços do passado que permitirão projetar o futuro, mas pode ajudar a enraizar ou desenraizar, a depender das escolhas pedagógicas que faça.

Uma outra temática muito repercutida nos estudos corresponde a *nucleação escolar*. De 14 dissertações, 11 (79%) relacionam a política de transporte escolar com a política de nucleação que, de acordo com Pilim (2017), trata-se da junção de duas ou mais escolas, centralizando o atendimento em uma escola de maior porte, podendo ocorrer pela união de diversas escolas do campo ou mesmo das cidades, possibilitando, assim, o fechamento das escolas do campo.

O transporte escolar, conforme destacado nas pesquisas, motivou a política de nucleação e, conseqüentemente, o fechamento de muitas escolas no meio rural no intento de reduzir os gastos públicos. O fechamento, assim como a política de nucleação tem consistência nos estudos, sendo abordado em 11 (79%) das pesquisas. Os estudos também evidenciaram a necessidade de contenção do *fechamento de escolas no campo*. Conforme apresentado na tabela 4, cerca de 79% das dissertações defendem a *permanência de escolas no campo*.

4 TRANSPORTE ESCOLAR E EDUCAÇÃO DO CAMPO NO BRASIL: APONTAMENTOS E REFLEXÕES

A oferta do transporte escolar tornou-se uma política educacional cada vez mais urgente para que os alunos residentes do campo pudessem usufruir de iguais condições de acesso e permanência as unidades de ensino, posto que o direito a educação não ficasse restrito apenas ao direito a vaga, mas a possibilidade de acesso a esse direito.

É nesse contexto que emerge no Brasil, a partir da década de 1990, mais precisamente em 1994, durante o governo de Itamar Franco (1992-1994), a política de transporte escolar com o objetivo de garantir o acesso e permanência dos estudantes residentes do campo com condições precárias no que tange seu deslocamento no trajeto casa-escola, escola-casa

As pesquisas, de maneira geral, consideram que o transporte escolar corresponde a um serviço público necessário para a garantia de acesso e permanência daqueles alunos que residem no campo e que não possuem condições mínimas de transporte para o deslocamento no trajeto casa-escola, escola-casa.

Posto isto, nesse tópico pretendeu-se fazer uma síntese interpretativa com apontamento e reflexões a respeito de alguns pontos observados durante a realização da pesquisa e após os resultados obtidos com a leitura das dissertações.

4.1 Transporte escolar

Desde a década de 1990, no âmbito do governo federal e por intermédio do Ministério da Educação, foram criados três programas de transporte escolar: o Programa Nacional de Transporte Escolar (PNTE) – que vigorou entre 1994 e 2006, o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE) – implantado em 2004 e o Programa Caminho da Escola – vigente desde 2007. Atualmente, os investimentos no transporte escolar de alunos do campo vêm de dois programas executados pelo Ministério da Educação e Cultura - MEC, são eles: o PNATE e o Caminho da Escola.

O PNATE concebido por meio da Lei nº 10.880 de 9 de junho de 2004, durante o governo Lula, tinha como objetivo garantir aos alunos do meio rural o acesso e permanência nos estabelecimentos escolares de Ensino Fundamental público, por meio de assistência financeira suplementar aos estados, Distrito Federal e municípios. De acordo com Ribeiro e Jesus (2014), o programa foi instituído com uma proposta

inovadora de transferir recursos em caráter suplementar aos estados, Distrito Federal e municípios, para custear as despesas com o transporte dos estudantes residentes em área rural.

O processo de distribuição dos recursos, conforme esclarece Neves (2019), torna-se simplificado por meio da descentralização e transferência automática aos entes, sem a necessidade de formação de convênio. No que tange a descentralização dos recursos, a autora explica que:

A descentralização dos recursos e a transferência automática permitem que as receitas para o transporte escolar cheguem diretamente ao ente executor da política, anulando a influência de manobras políticas na disputa por recursos públicos. Com a instituição do Pnate, o ente executor da política de transporte escolar ganha uma certa autonomia, que permite decidir como o recurso será aplicado, dentre as possibilidades que o programa oferece. (NEVES, 2019, p. 62).

O PNATE repassa recursos em dez parcelas a cada ano, beneficiando estados e municípios que possuem estudantes da educação básica pública residentes nas zonas rurais. Importa destacar que a transferência é automática, sem necessidade de convênio e os recursos devem ser utilizados no custeio de despesas diversas, como consertos mecânicos, compra de combustível ou terceirização do serviço de transporte escolar. Os repasses do programa contribuem para a melhoria da qualidade do transporte escolar em todo o país e, indiretamente, para a diminuição da evasão escolar dos alunos residentes do campo. (FNDE, 2018).

O outro programa de transporte escolar vigente criado pelo governo federal, também no governo Lula, é o Caminho da Escola, instituído pela Resolução nº 3, de 28 de março de 2007. O programa foi concebido a partir de estudos técnicos coordenados pelo MEC/FNDE e a Universidade de Brasília (UnB) que identificaram a precariedade do transporte escolar e a consequente necessidade de intervenção do poder público, evidenciando que a idade média dos veículos que transportavam os alunos em todo o país, chegava a 16 anos e 6 meses. 27% (vinte e sete por cento) dos veículos eram apropriados para o transporte de cargas, e não de passageiros. No Nordeste, os veículos inadequados para o transporte de alunos representavam até 60% (sessenta por cento) da frota. Somado a estes fatores, o tempo que os alunos passavam dentro do transporte, em muitos casos, chegava a ser o dobro do tempo em que permaneciam na escola (BRASIL, 2009).

Nesse cenário, o Programa Caminho da Escola foi criado com o objetivo de

proporcionar melhores condições de deslocamento dos estudantes no trajeto casa-escola, escola-casa e garantia do acesso e permanência no sistema escolar. Para além disso, também consiste na concessão de linha de crédito especial aos estados e municípios para aquisição de ônibus, micro-ônibus zero quilômetro e de embarcações novas, através de contrato com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDS. (SANTOS; SANTOS E RODRIGUES, 2015).

Logo, conforme já destacado no texto, o governo federal executa dois programas de atendimento ao transporte do escolar: o Programa Caminho da Escola e o PNATE. O primeiro é voltado à aquisição de transporte, enquanto que o segundo faz transferências automáticas para subsidiar as despesas dos entes federados com o transporte escolar. (NEVES, 2019). Importa destacar que a partir de 2009, com a publicação da Medida Provisória (MP) nº 455/2009, transformada na Lei nº 11.947 de 16 de junho de 2009, o PNATE foi ampliado a toda educação básica, beneficiando os alunos da Educação Infantil e do Ensino Médio residentes do campo.

De acordo com Basso (2013), transporte escolar é, na maioria dos casos, a “única possibilidade daqueles que vivem no campo terem acesso à escola, todavia, o autor explica que, apesar do transporte de alunos possibilitar o acesso à educação escolar, por sua vez, também desconsidera:

[...] a distância entre os alunos e a escola e as perdas humanas nele contidas, como o cansaço dos alunos e os riscos de acidentes no transporte, daí defendermos a existência de escolas no campo, próxima à moradia dos alunos. (BASSO, 2013, p. 91)

Nesse cenário, Neves (2019), destaca que apesar da política de transporte escolar democratizar o acesso do aluno residente do campo à escola, esta não deixa de ser polêmica, sobretudo porque viabilizou o fechamento das escolas rurais e o transporte massivo de crianças e jovens para as escolas da cidade. De acordo com autora, (NEVES, 2019), baseada em dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), entre os anos 2002 a 2016, foram fechados 44.383 estabelecimentos de ensino na zona rural. Em 2016, as escolas rurais representavam apenas 33,9% do total de escolas de educação básica no Brasil.

Alguns estudos também apontam que, além do cansaço físico, riscos de acidentes associados ao transporte escolar diário, bem como o inconveniente de acordar cedo, as crianças enfrentam o preconceito e discriminação ao estudar na cidade, mesmo que muitas

vezes estes sejam velados. No que tange ao cansaço físico, podemos verifica-lo em um dos depoimentos de uma entrevistada a pesquisa de Baumann (2012, p. 108): *“Ah é muito ruim. Demora muito... é muito cansativo pra ir e voltar. A gente sai daqui às seis e meia. A gente acorda às cinco e meia e sai às seis e meia. Aí chega em casa uma hora. A gente não toma café e daí só vai comer às dez horas no recreio”*. (Grifo da autora).

Por ser defensor das escolas no campo e contrário a política de nucleação e fechamento escolar, Basso (2013), acredita que mesmo com suas limitações materiais e pedagógicas, as escolas multisseriadas podem ser consideradas uma possibilidade de acesso daqueles que vivem no campo à educação escolar de um modo mais humano, que poupa os alunos de longas viagens de ônibus, ou qualquer outro meio de transporte, e caminhadas. [...] a multissérie próxima à moradia do aluno, mesmo com suas ressalvas, dará aqueles que vivem no campo e que não dispõem de uma escola seriada, maiores oportunidades de prosseguimento na escolarização, dada a facilidade de acesso à escola. (BASSO, 2013, P.104).

Concomitante a essa argumentação, Nogueira (2014, p.48), explica que “[...] a distância que a escola está da casa dos alunos, o tempo gasto no transporte, o desgaste e o cansaço dos alunos - devido à necessidade de acordarem ainda de madrugada- e também a precariedade das estradas e dos veículos que fazem este transporte.” Tese essa também reforçada por Pastorio (2015, p.140) quando explica que:

A política de transporte escolar que acaba sendo implantada como resultado de um processo gerou uma segunda problemática, na qual os estudantes foram submetidos a jornadas de deslocamento com longas horas diárias de transporte cansativo e, muitas vezes, inadequadas, ao mesmo tempo em que passam a receber escolarização totalmente descontextualizada.

Além disso, conforme apontado nos estudos, a utilização do transporte escolar além de permitir o acesso e permanência dos estudantes do campo na escola, também contribuiu para descaracterizar as especificidades sociais, culturais e econômicas do campesinato brasileiro, tendo em vista que o transporte de alunos, ao fomentar o fechamento de escolas do campo através da política de nucleação, é contrário as propostas de Educação no e do Campo, fruto da luta por Uma Educação do Campo (ARROYO, CALDART, MOLINA, 2011) que será discutido na próxima subseção.

4.2 Educação do campo

A Educação do Campo³, apesar dos avanços constitucionais, visando sua garantia e fortalecimento, em concordância com Groff (2018), ainda representa um espaço de luta e mobilização dos movimentos sociais populares e de organizações sociais do campo em prol sua manutenção e reconhecimento. São visíveis as contradições entre o que está transcrito constitucionalmente ao que tem sido praticado nacionalmente com as escolas do perímetro rural.

Segundo Gobetti (2011), a educação do campo vem se concretizando nos últimos anos no Brasil como uma política pública pensada mediante ação conjunta de governos e sociedade civil organizada, caracterizada como uma dívida histórica do Estado em relação aos sujeitos do campo, que tiveram negado o seu direito a uma educação de qualidade, uma vez que os modelos pedagógicos marginalizavam os sujeitos do campo ou vinculavam os mesmos ao mundo urbano, ignorando a diversidade sociocultural do povo brasileiro. Salienta ainda que, para conceber uma educação a partir do campo, para o campo e no campo é necessário colocar um fim nos preconceitos a fim de desconstruir os paradigmas e injustiças estabelecidas entre campo e cidade.

Importa destacar, sobretudo, que nem toda escola localizada no campo tem como base a concepção da Educação do Campo. Para ser considerada Educação do Campo, as escolas precisam respeitar os princípios que a regem, conforme estabelecido no art. 2 do Decreto 7352/10:

I - Respeito à diversidade do campo em seus aspectos sociais, culturais, ambientais, políticos, econômicos, de gênero, geracional e de raça e etnia;

II - Incentivo à formulação de projetos político-pedagógicos específicos para as escolas do campo, estimulando o desenvolvimento das unidades escolares como espaços públicos de investigação e articulação de experiências e estudos direcionados para o desenvolvimento social, economicamente justo e ambientalmente sustentável, em articulação com o mundo do trabalho;

III - desenvolvimento de políticas de formação de profissionais da educação para o atendimento da especificidade das escolas do campo, considerando-se as condições concretas da produção e reprodução social da vida no campo;

IV - Valorização da identidade da escola do campo por meio de projetos pedagógicos com conteúdo curriculares e metodologias adequadas às reais necessidades dos alunos do campo, bem como flexibilidade na organização escolar, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; e

³ Utilizaremos o termo Educação do Campo considerando que este já é especificado na legislação vigente. (DECRETO Nº 7.352/2010)

V - Controle social da qualidade da educação escolar, mediante a efetiva participação da comunidade e dos movimentos sociais do campo.

Um dos elementos da identidade da educação do campo, segundo Baumann (2012, p. 38) é [...] “o respeito ao saber social da experiência do cotidiano dos povos do campo, das suas culturas, das formas de produção, das relações de produção por eles engendradas, como princípio dos processos de aprendizagem, o que requer o respeito à diversidade cultural.” Para a autora, a noção de Educação do Campo ressignifica a proposta educacional para as populações camponesas por considerar a sua diversidade cultural, territorial, ambiental e social, preconizando a superação do antagonismo entre o campo e a cidade, de modo que estes espaços passam a ser vistos como complementares e de igual valor.

Todavia, conforme Salienta Hage (2011), o transporte escolar que vem sendo incentivado nas últimas décadas, contraria o sentido da luta pela Educação do Campo, tendo em vista que, a saída dos estudantes do campo para a cidade tem se tornado, cada vez mais, uma condição para o acesso à escola, mais do que isso, “uma imposição e não uma opção dos estudantes do campo.” (HAGE, 2011, p.104).

4.3 Nucleação escolar e fechamento de escolas do campo

Das 14 dissertações selecionadas para o estudo, apenas três não relacionam a política de transporte escolar com a nucleação e fechamento de escolas do campo. A primeira, de autoria de Lopes (2009), tem como objetivo desenvolver um modelo organizacional para o Transporte escolar dos alunos residentes do meio rural para subsidiar estados e municípios para que possam garantir o acesso aos alunos de forma segura e confortável. A segunda pesquisa, de Cardoso Junior (2009), está mais relacionada com a questão de alfabetização do campo, mais especificamente a relação entre habilidade metalinguísticas e aprendizagem na linguagem escrita em classes multisseriadas e a terceira (PAULA, 2013), discute os desafios para a implementação de políticas educacionais que atendam as especificidades das escolas do campo, entre elas o currículo.

As demais, cerca de 79% das pesquisas evidenciam que a política de transporte escolar, inicialmente pensada para os estudantes residentes do campo, motivou a política de nucleação e concomitante a isso, o fechamento de escolas no meio rural. A política de

nucleação escolar, de acordo com Baumann (2012), consiste no agrupamento de pequenas escolas multisseriadas, em uma escola núcleo, com características próprias de organização e funcionamento, podendo está localizada no espaço rural ou urbano.

Em síntese, a nucleação escolar possui como foco o discurso da melhoria da qualidade da educação aos sujeitos do campo, evitando a multisseriação e buscando a promoção da economia baseada na redução de custo médio por aluno (custo e benefício), conforme esclarece Groff (2018). Concordando com esse pressuposto, Pastorio (2015) enfatiza que esse processo tinha como objetivo principal a redução de gastos pelo município, buscando diminuir efetivamente o custo educacional, através do fechamento de inúmeras escolas de pequeno porte, centralizando os investimentos em escolas centrais.

Concomitante a essa argumentação, Santos (2018), as escolas foram fechadas devido a múltiplas determinações, dentre as quais: a municipalização, descentralização de recursos, o processo de nucleação e incentivo ao transporte escolar, a atuação das forças políticas administrativas do município contrárias à manutenção de Escolas do Campo, diminuição dos sujeitos camponeses em algumas regiões e precariedade das escolas rurais multisseriadas e unidocentes. Entretanto, conforme Oliveira (2010), a nucleação de escolas rurais acarretou o fechamento, muitas vezes mal planejado, de pequenas escolas rurais, sob a alegação de que a educação oferecida nas escolas multisseriadas é de baixa qualidade. Além disso:

[...] há uma política nacional de fechamento e nucleação de escolas no campo, com o argumento de redução de gastos ou garantia da qualidade da educação para os educandos do campo. Baseando-se no discurso de crise financeira, as gestões públicas municipais escondem os reais interesses que envolvem o fechamento das escolas, atendendo diretamente ao capitalismo, pois fazem uso do transporte escolar. Este, ao invés de reduzir gastos, acaba por onerar o município e beneficiar o setor privado, representado pelos donos dos transportes. Atendem também aos propósitos dos empresários do agronegócio, pois a nucleação e/ou fechamento de escolas geram o esvaziamento do campo em decorrência da migração campo-cidade. (SANTOS, 2018, p. 106)

De acordo com a autora, outros fatores também estão associados a política de nucleação e fechamento das escolas como as políticas de fundo, criadas em 1998, para o financiamento da Educação Básica Nacional, instituíram o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (FUNDEF)⁴, que,

⁴ O FUNDEF é responsável por promover o financiamento da educação básica pública, entre os anos de 1998 – 2006.

posteriormente, foi substituído pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB).⁵ Os dois modelos foram organizados para promover a redistribuição de recursos, com repasse de valores aos Estados e Municípios com base no cálculo de gasto aluno-ano ou custo-aluno. (SANTOS, 2018, p. 20).

Nesse contexto e amparado nas legislações de ensino que conferem autonomia aos sistemas estaduais e municipais no intento de redução dos custos com a educação, o governo estadual implementou a política de nucleação das escolas localizadas no meio rural. Para Santos (2018), o repasse de recursos, associado ao número de alunos da escola, impactou na forma de organização das instituições estaduais e municipais, que tiveram de se adequar ao novo modelo de gerenciamento de recursos o que acarretou no “[...]incentivo à nucleação e ao fechamento de instituições, principalmente, as Escolas do Campo como forma de obter mais recursos e ter menos gastos, pois a redistribuição de recursos não atende as especificidades de cada instituição.” (SANTOS, 2018, p. 21).

Conforme afirma Hage (2011), as políticas públicas educacionais vêm sendo orientadas pela relação custo-benefício, por conta da perspectiva neoliberal. Os gestores públicos hoje são desafiados a apresentar cada vez mais resultados com cada vez menos financiamento. Para o autor, existe uma dualidade nessa questão, uma vez que fica cada vez mais difícil atender mais, oferecer melhor qualidade e contemplar a diversidade, em um país em histórica situação de negação de direito, se o orçamento e o investimento na educação têm sido reduzidos.

Nesse cenário, a implementação de políticas educacionais, a exemplo da política de nucleação e fechamento de escolas, torna-se um caminho mais viável, embora vá na contramão das demandas que os movimentos sociais do campo e da cidade, dos educadores, das universidades colocam como referência para a educação no e do campo.

Segundo Basso (2013), a educação no campo não tem recebido a atenção merecida pelos poderes públicos e acabou sendo colocada em segundo plano nos investimentos educacionais, o que tem gerado uma situação de precariedade e quase abandono, de forma que o transporte em massa de alunos do campo para as cidades tornou-se um processo de difícil reversão, tendo em vista o número crescente de alunos transportados, bem como a

⁵ O FUNDEB, em vigência, atende toda a educação básica, desde o ensino infantil até ensino médio.

maneira em que os Governos se apoiam na economia orçamentária para justificar o fechamento das escolas no campo desconsiderando questões humanas como “[...] o risco que os alunos correm ao serem transportados e o desgaste físico a que são submetidos nos longos trajetos em estradas de chão.” (BASSO, 2013, p. 105).

O fechamento das escolas no campo, conforme elucida Santos (2018), além de submeter os alunos a perigos decorrentes das precárias condições das estradas e dos ônibus, também promove a perda de vínculo sociocultural dos estudantes com a comunidade e enfraquece o movimento de luta por terra, posto que contribui para o esvaziamento do campo, em um constante processo migratório das famílias em busca de melhores condições de vida.

Concomitante a essa argumentação, Baumann (2012), explica que a nucleação escolar, bem como o fechamento de escolas no campo, tem provocado alterações no comportamento das crianças e enfraquecimento das comunidades rurais, e enfatiza que “o comportamento apresentado pelos estudantes evidencia que a nucleação provocou o “desenraizamento cultural” das crianças e adolescentes. (BAUMANN, 2012, p. 144, grifo da autora). Para Caldart (2011), a escola deve respeitar e reconhecer a história e valores socioculturais dos seus educandos para que possa vincular seus saberes a sua realidade, ao seu contexto social, posto que:

Toda vez que uma escola desconhece ou desrespeita a história de seus educandos, toda vez que se desvincula da realidade dos que deveriam ser seus sujeitos, não os reconhecendo como tais, ela escolhe ajudar a desenraizar e a fixar seus educandos num presente sem laços (CALDART, 2011, p. 117).

A pesquisa de Paula (2013) que trata a Educação do Campo, mais especificamente os desafios para implementação de uma política educacional das escolas do campo, evidencia que há ainda um longo caminho a percorrer para que se possa, de fato, construir um projeto educativo do campo que considere as singularidades e a realidade dos sujeitos do campo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O transporte escolar toma especial dimensão quando necessário para o deslocamento do aluno residente do campo, para que este tenha acesso ao que lhe é garantido na Constituição Federal de 1988 (CF, 1988), reforçado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN, 1996) e Estatuto da Criança e Adolescente (ECA, 1990), que é o direito à educação.

Entretanto, além de contribuir para o acesso à escola daqueles alunos que residem no campo e com condições precárias de deslocamento no trajeto casa-escola, escola-casa, a política de transporte escolar, uma vez que também viabilizou a política de nucleação escolar e, conseqüentemente, o fechamento de escolas rurais, contribuiu para algumas transformações socioculturais no contexto do campo, cujo os principais apontamentos destacados nos estudos foram: i) desenraizamento ou desvinculação cultural e ii) fragilidade das comunidades camponesas.

Portanto, é nesse contexto de dualidades que a política de transporte escolar se tensiona com a política de Educação do Campo, tendo em vista que os alunos que saem do campo para estudarem na cidade, além de vivenciarem uma cultura diferente da sua, os transtornos da rotina de acordar cedo, muitas vezes enfrentando horas de viagens, estradas com situações precárias e ficarem expostos esperando os demais colegas até a hora de retornarem para casa, não contam com um currículo que contemple as especificidades do campo. Logo, o transporte escolar tem ido na contramão do que preconiza a Educação do campo: vincular os estudantes as suas comunidades com um currículo adequado aos seus valores, sociais, culturais e econômicos buscando fortalecer as comunidades camponesas.

Embora a única maneira para muitos estudantes do campo terem acesso à escola seja se deslocando para as cidades e o transporte escolar seja fundamental nesse processo, é necessário refletirmos sobre até que ponto a política de transporte inviabiliza os pressupostos da Educação do Campo. Todavia, importa destacar que, independentemente da localização geográfica da escola, seja situada no campo ou cidade, ela deve contemplar um currículo que atenda e respeite as especificidades culturais, sociais e econômicas dos estudantes do campo para que possa integrá-lo a sua comunidade e, para além disso, para que estes se reconheçam no lugar onde vivem.

REFERÊNCIAS

BASSO, Jaqueline Daniela. **As escolas no campo e as salas multisseriadas no Estado de São Paulo: um estudo sobre as condições da educação escolar.** Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São Carlos, 2013, 150p. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640313>>. Acesso em: 22.01.2020.

BAUMANN, Siuzete Vandresen. **Da vida das escolas rurais isoladas a uma escola isolada da vida rural: aprendizagens do processo de nucleação em santa rosa de lima** Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Florianópolis, SC, 2012. 166 p. Disponível em: <<http://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/103417>>. Acesso em: 21.01.2020.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases.** Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf>. Acesso em: 25/01/2019.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em 25/05/2020.

BRASIL. Lei Federal n. 8069, de 13 de julho de 1990. **ECA _ Estatuto da Criança e do Adolescente.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 20/01/2019.

BRASIL. **Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010.** Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7352.htm>. Acesso em: 25/05/2020.

CARDOSO JUNIOR, Waldemar dos Santos. **Alfabetização na educação do campo: relatos de professores de classes multisseriadas da Ilha de Marajó.** 2009. 148 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <<https://tede2.pucsp.br/handle/handle/16593>>. Acesso em: 21.01.2020.

CALDART, R. S. **A Escola do Campo em Movimento**. In: ARROYO, Miguel Gonzales. CALDART, Roseli Salete. MOLINA, Mônica Castagna Molina. **Por uma educação do Campo**. Miguel Gonzales Arroyo, Roseli Salete Caldart, Mônica Castagna Molina (Organizadores). 5 eds. – Petrópolis, RJ: Vozes, ISBN 978 85 326 3047 6. 2014p. 2011.

GROFF, Iliane Bavaresco. **O acesso e a permanência à educação escolar no município de Renascença-PR**: percurso de crianças do campo à única escola municipal. 2018. 183 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2018. Disponível em: <<http://tede.unioeste.br/handle/tede/4046>>. Acesso em: 22.01.2020.

GOBETTI, M. **Educação do Campo e Diversidade**: Escola Itinerante “Maria Alice Wolff de Souza. In PEIXER Z.I ; VARELLA I.A. Educação do Campo. Lages, SC: Grafine 2011. 176p.

HAGE, Salomão Mufarrej. **Educação do campo, legislação e implicações na gestão e nas condições de trabalho de professores das escolas multisseriadas**. Simpósio da ANPAE, 2011b. Disponível em: <http://www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompletos/comunicacoes_Relatos/0481.pdf>. Acesso em: 03/10/2020.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. **As pesquisas denominadas "estado da arte"**. Educação & sociedade, v. 23, n. 79, p. 257-272, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302002000300013&script=sci_arttext&tlng=pt> Acesso em: 03.10.2020

FONSECA, João José Saraiva da. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

LOPES, Elisângela Pereira. **Modelo organizacional para o transporte escolar rural nos estados e municípios brasileiros**. 2009. 172 f. Dissertação (Mestrado em Transportes Urbanos)-Universidade de Brasília, Brasília, 2009. <[file:///D:/User/Downloads/007-2009%20\(1\).pdf](file:///D:/User/Downloads/007-2009%20(1).pdf)>. Acesso em: 23.01.2020.

NEVES, Lana Karla Duques. **O impacto dos recursos aplicados no transporte escolar em relação à gestão político-financeira da educação básica**: um estudo do

financiamento da educação em municípios de Goiás. 2019. 121 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação stricto sensu em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia-GO. Disponível em: <<http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/handle/tede/4276>>. Acesso em: 23.01.2020.

NOGUEIRA, Ariane Martins. **A relação homem – natureza no contexto do fechamento das escolas rurais em Ouidor (GO)**. 2014. 130 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2014. Disponível em: <<http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/4092>>. Acesso em: 21.01.2020.

PAIVA, Fabio Monari. **A experiência de egressos de uma escola do campo no município de Araraquara - SP**. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2015. 196p. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/59/59140/tde-07042015-221338/pt-br.php>>. Acesso em: 23.01.2020.

PASTÓRIO, Eduardo et al. **Nucleação das escolas do campo: o caso do município de São Gabriel/RS**. 2015. Dissertação (Mestrado em Geografia) -Universidade de Santa Maria, Santa Maria, 2015. 161p. Disponível em: <<https://repositorio.ufsm.br/handle/1/9444>>. Acesso em: 23.01.2020. Acesso em: 23.01.2020.

PAULA, Adalberto Penha de. **Educação do campo: desafios para implementação de uma política educacional das escolas do campo**2013. 131p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2013. Disponível em: <<http://tede2.uepg.br/jspui/handle/prefix/1356>>. Acesso em: 21.01.2020.

PELLIM, Ezilda Franco. **As políticas de educação para os povos do campo no Brasil: uma análise do município de Nova Olímpia-PR entre 1990 e 2016** / Ezilda Franco Pellim. - Paranavaí, 2017. Dissertação (mestrado)- Universidade Estadual do Paraná, Campus de Paranavaí. Centro de Ciências Humanas e da Educação. Programa de Pós-Graduação em Ensino: Formação Docente Interdisciplinar – PPIFOR, 2017.

RIBEIRO, Andréia Couto; JESUS, Wellington Ferreira de. **A trajetória histórica da política pública de transporte escolar: um olhar sob a assistência dos programas federais para a educação básica**. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, nº 66, p. 135-159.

SANTOS, Thiago Ferreira dos. **Desvelando cercas: o cenário da educação básica do e no campo no estado do Tocantins**. 2017. 195f. Dissertação (Mestrado em Educação) –

Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Educação, Palmas, 2017. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11612/682>>. Acesso em: 21.01.2019.

SANTOS, Cleonice Ferreira dos. **Memória camponesa: os conflitos pela terra e educação do campo no município de Barreiras (BA)**. 2018. 165 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018. Disponível em: <<http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/9016>>. Acesso em: 21.01.2020.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23.ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Luziane Miranda da. **Desafios e perspectivas da educação do campo: uma análise em Porto Nacional – TO**. 2019. 102f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Porto Nacional, 2019. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11612/1197>> Acesso em: 21.01.2020.

VASCONCELLOS, Eduardo Alcântara de. **Crianças rurais e acesso à escola: sugestões de política pública**. São Paulo em Perspectiva, vol. 5 n.1, jan./ mar. 1991. p. 93-98. Disponível em: <http://www.seade.gov.br/produtos/spp/v05n01/v05n01_13.pdf>. Acesso em: 22 / 09/2020.

VEIGA, Jose Eli da et al. **O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento**. Série textos para discussão, v. 1, 2001. Disponível em:<<https://www.scielo.br/pdf/ea/v15n43/v15n43a10.pdf>>. Acesso em: 30/10/2020.

APÊNDICE

APENDICE A - Dissertações Seleccionadas no Banco de Dados de Teses e Dissertações para o Estudo.

Nº	TÍTULO	AUTOR(A)	ANO	IES
1	Alfabetização na educação do campo: relatos de professores de classes multisseriadas da Ilha de Marajó	Waldemar dos Santos Cardoso Junior	2009	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
2	Modelo organizacional para o transporte escolar rural nos estados e municípios brasileiros	Elisangela Pereira Lopes	2009	Universidade de Brasília
3	Transporte escolar rural na perspectiva de gestores e planejadores/operadores: subsídios para políticas públicas	Tatiára Monteiro Marques dos Santos	2010	Universidade de Brasília
4	Da vida das escolas rurais isoladas a uma escola isolada da vida rural: aprendizagens do processo de nucleação em Santa Rosa de Lima	Siuzete Vandresen Baumann	2012	Universidade Federal de Santa Catarina
5	Educação do campo: desafios para implementação de uma política educacional das escolas do campo	Adalberto Penha de Paula	2013	Universidade Estadual de Ponta Grossa
6	As escolas no campo e as salas multisseriadas no Estado de São Paulo: um estudo sobre as condições da educação escolar	Jaqueline Daniela Basso	2013	Universidade Federal de São Carlos
7	A relação homem – natureza no contexto do fechamento das escolas rurais em Ouvidor (GO)	Ariane Martins Nogueira	2014	Universidade Federal de Goiás
8	A experiência de egressos de uma escola do campo no município de Araraquara – SP	Fábio Monari Paiva	2014	Universidade de São Paulo
9	Nucleação das escolas do campo: o caso do município de São Gabriel/RS	Eduardo Pastorio	2015	Universidade Federal de Santa Maria

10	Desvelando cercas: o cenário da educação básica do e no campo no estado do Tocantins	Thiago Ferreira dos Santos	2017	Universidade Federal do Tocantins
11	Memória camponesa: os conflitos pela terra e educação do campo no município de Barreiras (BA)	Cleonice Ferreira dos Santos	2018	Universidade Federal de Goiás
12	O acesso e a permanência à educação escolar no município de Renascença-PR: percurso de crianças do campo à única escola municipal	Iliane Bavaresco Groff	2018	Universidade Estadual do Oeste do Paraná
13	O impacto dos recursos aplicados no transporte escolar em relação à gestão político-financeira da educação básica: um estudo do financiamento da educação em municípios de Goiás	Lana Karla Duques Neves	2019	Pontifícia Universidade Católica de Goiás
14	Desafios e perspectivas da educação do campo: uma análise em Porto Nacional – TO	Luziane Miranda da Silva	2019	Universidade Federal do Tocantins